

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES, A AMAZÔNIA E UM HORIZONTE METODOLÓGICO DESCOLONIAL DO FAZER GEOGRÁFICO¹

Valter do Carmo Cruz²

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói, RJ, Brasil



Enviado em 15 abr. 2024 | Aceito em 2 jul. 2024

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como, a partir dos seus estudos sobre a Amazônia, Carlos Walter Porto-Gonçalves construiu uma leitura temático-empírica sobre a região e, ao mesmo tempo, um original horizonte metodológico do fazer geográfico. Nossa hipótese de trabalho é que a experiência de pesquisa com a Amazônia deu réguas e compasso para o autor construir uma renovação na Geografia brasileira. Propomos dialogar com a obra do autor sistematizando os gestos epistemológicos e as pistas analíticas que, articulados, constituem um horizonte renovado de leitura descolonial da geograficidade do social que serão apresentados ao longo deste texto no formato de: a) dois gestos epistemológicos, duas formas fundamentais de problematização da relação com o saber sobre e a partir da Amazônia: i) combater o eurocentrismo e a invenção colonial da Amazônia e ii) aprender com os horizontes amazônicos - a Amazônia como centro do mundo; b) cinco pistas analíticas que indicam a construção de uma concepção original de geografia que, ao mesmo tempo, afirmam e tensionam a tradição da disciplina: i) a Amazônia como acumulação desigual de tempos; ii) a ecologia política da relação sociedade-natureza na Amazônia; iii) a Geo-grafia como verbo: um olhar para a Amazônia desde os de baixo e das r-existências; iv) as tensões territoriais: o conflito como chave de leitura da Amazônia; v) as lutas pela vida, pela dignidade e pelo território na Amazônia.

Palavras-chaves: Carlos Walter Porto-Gonçalves; Amazônia; horizonte teórico-metodológico descolonial; Geograficidade do social

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES, LA AMAZONÍA Y UN HORIZONTE METODOLÓGICO DESCOLONIAL DEL HACER GEOGRÁFICO

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar cómo, a partir de sus estudios sobre la Amazonía, Carlos Walter Porto-Gonçalves construyó una lectura temático-empírica sobre la región y, al mismo tiempo, un original horizonte metodológico del hacer geográfico. Nuestra hipótesis de trabajo es que la experiencia de investigación con la Amazonía proporcionó las pautas para que el autor construyera una renovación en la Geografía brasileña. Proponemos dialogar con la obra del autor sistematizando los gestos epistemológicos y las pistas analíticas que, articulados, constituyen un horizonte renovado de lectura descolonial de la geograficidad del social que se presentará a lo largo de este texto en formato de: a) dos gestos epistemológicos, dos formas fundamentales de problematización de la relación con el saber sobre y desde la Amazonía: i) combatir el eurocentrismo y la invención colonial de la Amazonía y ii) aprender de los horizontes amazónicos - la Amazonía como centro del mundo; b) cinco pistas analíticas que indican la construcción de una concepción original de geografía que, al mismo tiempo, afirman y tensionan la tradición de la disciplina: i) la Amazonía como acumulación desigual de tiempos; ii) la ecología política de la relación sociedad-naturaleza en la Amazonía; iii) la Geo-grafia como verbo: una mirada hacia la Amazonía desde los de abajo y las r-existencias; iv) las tensiones territoriales: el conflicto como clave de lectura de la Amazonía; v) las luchas por la vida, la dignidad y el territorio en la Amazonía.

Palabras-clave: Carlos Walter Porto-Gonçalves; Amazonía; horizonte teórico-metodológico descolonial; Geograficidad del social

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES, THE AMAZON AND A DECOLONIAL METHODOLOGICAL HORIZON OF GEOGRAPHIC MAKING

Abstract: The objective of this article is to analyze how, based on his studies on the Amazon, Carlos Walter Porto-Gonçalves constructed a thematic-empirical reading of the region and, at the same time, an original methodological horizon of geographical practice. Our working hypothesis is that the research experience with the Amazon provided a ruler and compass for the author to build a renewal in Brazilian Geography. We propose to dialogue with the author's work by systematizing the epistemological gestures and analytical clues that, when articulated, represent a renewing horizon of decolonial reading of the geographicity of the social that will be presented throughout this text in the format of: a) two epistemological gestures, two fundamental forms problematizing the relationship with knowledge about and from the Amazon: i) combating Eurocentrism and the colonial invention of the Amazon and ii) learning from the Amazonian horizons - the Amazon as the center of the world; b) five analytical clues that describe the construction of an original conception of geography that, at the same time, affirms and tensions the tradition of the discipline: i) the Amazon as an unequal accumulation of times; ii) the political ecology of the society-nature relationship in Amazon; iii) Geography as a verb: a look at the Amazon from below and from the r-existences; iv) territorial tensions: conflict as a key to reading the Amazon; v) the struggles for life, dignity and territory in the Amazon.

Keywords: Carlos Walter Porto-Gonçalves; Amazonia; decolonial theoretical-methodological horizon; Geographicity of the social

1. Este artigo foi construído a partir de minhas intervenções em atividades de homenagens ao querido mestre, colega e amigo Carlos Walter Porto Gonçalves em 2023. "As Amazônias a partir de uma perspectiva de Carlos Walter Porto-Gonçalves", mesa redonda na semana acadêmica de Geografia da UFF, organizada pelo DATER/UFF. "Carlos Walter Porto Gonçalves: Vida e Obra" mesa redonda na semana acadêmica de Geografia organizada pelo CAGEO/ UFRJ e "Ciência e(m) movimento(s): agir acadêmico e engajamento social, uma homenagem a Carlos Walter Porto-Gonçalves", mesa redonda na semana acadêmica do IPPUR/UFRJ. Agradeço a leitura e as valiosas contribuições do meu colega Rogério Haesbaert.

2. Geógrafo, mestre e doutor em Geografia, professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense -UFF. Email: valtercruz@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2006814557828882> . ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8136-7389>

Introdução

Carlos Walter Porto-Gonçalves foi um grande geógrafo e intelectual, um pensador das geografias dos povos, das comunidades e dos movimentos sociais, de suas territorialidades, saberes, lutas e r-existências. Ele teve sua trajetória, desde o início, marcada pela construção de uma geografia militante e a produção de um pensamento crítico. Foi um pensador original e provocativo que abriu novos horizontes de sentido para pensarmos a questão ambiental, agrária e a geografia dos movimentos sociais. Seus principais temas de pesquisa e militância foram os conflitos territoriais e ambientais e os movimentos sociais e as lutas dos povos e comunidades do campo, das águas e das florestas pelo direito à dignidade, ao território e à vida. Trabalhou, especialmente, com a realidade amazônica, mas também se dedicou ao cerrado brasileiro e refletiu sobre processos geopolíticos mais amplos na América Latina e no sistema mundo moderno- colonial.

Carlos Walter Porto-Gonçalves, com seus artigos, livros, aulas, palestras, conferências etc., formou/forma e inspirou/inspira gerações no Brasil e na América Latina, deixando como legado uma vida dedicada à construção de uma ciência geográfica crítica e comprometida com a vida e as lutas dos de baixo. Para além de seu legado ético e político, o autor nos deixou como herança contribuições teóricas e metodológicas para a renovação do pensamento crítico e do fazer geográfico. Neste texto pretendemos debater sobre parte desse patrimônio.

O seu trabalho é marcado por um certo ecletismo no uso de autores, ideias e conceitos oriundos de matrizes metodológicas distintas das quais ele se apropriava de forma autoral, fazia uma leitura assinada sem preocupação com interdições epistêmicas ou ideológicas *a priori*. Era um pensador heterodoxo e criativo, o que podia dar a falsa impressão de que ele não tinha um caminho metodológico claro e coerente que orientasse seus trabalhos. O que tentaremos demonstrar neste texto é que essa ideia é imprecisa, uma vez que, embora o autor tivesse uma concepção de método aberta e arejada, conseguimos identificar em sua obra um percurso teórico-metodológico, ético e político consistente e original do fazer geográfico.

Este texto tem por objetivo analisar a obra de Carlos Walter Porto Gonçalves a partir de uma perspectiva temática e teórico-metodológica. Consideramos que o autor, a partir dos diferentes trabalhos sobre a Amazônia³, construiu um horizonte teórico-metodológico, ético-político potente do fazer geográfico que ultrapassa a realidade empírica da Amazônia. Apesar de o autor ter trabalhado outras temáticas e se envolvido com outras realidades, nossa hipótese de trabalho é que a experiência de pesquisa com Amazônia, o Acre, o caminhar com os seringueiros e outros povos da floresta é que deu régua e compasso para ele construir um movimento de renovação da teoria crítica em geografia no cenário brasileiro e forjar um original horizonte metodológico que oferece uma rica leitura da geograficidade do social⁴.

³ Carlos Walter Porto-Gonçalves produziu e publicou dezenas de artigos e livros autorais e coletivos, sobre a temática amazônica dos quais destacamos: "Amazônia, Amazôniaas" (publicado em 2001); "Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)" (sua tese de doutorado publicada em 2003); "Amazônia- encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso" (publicado em 2017); "Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo" (publicado em 2021).

⁴ Essa hipótese é admitida pelo autor no seu memorial de professor titular quando afirma: "O final dos anos 1980 e sobretudo os anos 1990 consagrariam a perspectiva de uma formulação teórico-política crítica como geógrafo advinda, sobretudo, da aproximação que os movimentos sociais de grupos/classes sociais em situação de subalternização me proporcionaram a partir de uma região periférica – a Amazônia -, de países periféricos - Brasil - de um subcontinente periférico – América Latina, que me levariam, depois, a aprofundar minhas relações com duas regiões onde pude aprimorar a busca de uma teoria social crítica a partir da Geografia, a saber, os Cerrados e a América Latina. Afinal, a partir do movimento dos seringueiros do Acre ampliei minha relação com outras áreas da Amazônia brasileira, como os Cerrados em seus povos e também com a América Latina, nesse caso a partir dos camponeses de Pando e Beni na Bolívia" (Porto-Gonçalves, 2017e, p. 22).

Propomos dialogar com a obra do autor sistematizando *os gestos epistemológicos e as pistas analíticas* que, articulados, constituem um horizonte renovado de leitura da geograficidade do social que serão apresentados ao longo deste texto no formato de: a) dois gestos epistemológicos que são duas formas fundamentais de problematização da relação com o saber sobre e a partir da Amazônia: i) combater o eurocentrismo e a invenção colonial da Amazônia e ii) aprender com os horizontes amazônicos - a Amazônia como centro do mundo; b) cinco pistas analíticas que indicam a construção de uma concepção original de geografia que, ao mesmo tempo, afirmam e tensionam a tradição da disciplina: i) a Amazônia como acumulação desigual de tempos; ii) a ecologia política da relação sociedade-natureza na Amazônia; iii) a Geo-grafia como verbo: um olhar para a Amazônia desde os de baixo e das r-existências; iv) as tensões territoriais: o conflito como chave de leitura da Amazônia; v) as lutas pela vida, pela dignidade e pelo território na Amazônia.

Gestos epistemológicos de descolonização do saber/fazer geográfico

Gesto 1: Combater o eurocentrismo e a invenção colonial da Amazônia

A primeira das lições que podemos aprender com a obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves sobre a Amazônia é a necessidade de rompermos com uma visão de caráter colonial e eurocêntrica que existe sobre a região e que permeia os discursos, as representações e as imagens produzidas pela mídia, pela indústria cultural, pelo Estado, mas também em grande parte pelo pensamento acadêmico. Pensar a Amazônia começa pelo gesto de problematização da *colonialidade do saber* (Lander, 2005). Isso implica travar uma luta contra aquilo que Almeida (2008) chamou de *arquivo colonial sobre Amazônia*. Esse arquivo é um conjunto de imagens de pensamento, de esquemas cognitivos, de formas de problematização que desenham a Amazônia sempre como região periférica, como fronteira, como região atrasada, vista apenas como natureza ou reserva de recursos.

A desestabilização dessas imagens, desses esquemas cognitivos é o primeiro gesto epistemológico que a obra de Porto-Gonçalves nos ensina. Superar esse bloqueio cognitivo, esse obstáculo epistemológico e político, continua sendo uma tarefa essencial para quem se propõe a pensar a Amazônia criticamente em sua complexidade. Para descolonizar, é preciso interromper as imagens de pensamento que bloqueiam nossa imaginação e nossa capacidade de pensar para além da tradição eurocêntrica, desconstruir as formas convencionais de perguntar sobre a realidade amazônica, problematizar os sistemas de categorias e conceitos que nos aprisionam em uma via única de acesso à realidade. O exercício de descolonização é, em primeiro lugar, um exercício de interrupção. Assim, antes de construir novas ferramentas conceituais, novas linguagens sobre Amazônia, é preciso *interromper o arquivo colonial*, é preciso uma certa *desobediência epistêmica* (Mignolo, 2008) para mudar os termos do debate naturalizado.

Esse é o exercício a que autor se propõe. Começa os seus trabalhos sobre a região, de maneira sistemática, na luta contra essas imagens simplificadoras realizando esse gesto de desconstrução e interrupção. No livro *Amazônia, Amazônias*, o autor nos fala da *invenção colonial da Amazônia*, da produção de um imaginário moderno colonial repleto de um repertório de imagens coloniais tais como: "a Amazônia como natureza imaginária", "a Amazônia como região periférica e atrasada", "a Amazônia como questão nacional", "a Amazônia como vazio demográfico", "a Amazônia como reserva de recursos", "a Amazônia como reserva ecológica do planeta" (Porto-Gonçalves, 2001a).

Nessas imagens, a diversidade cultural e territorial dos povos e comunidades da Amazônia, com suas identidades e saberes, é ignorada e invisibilizada. Como a região é vista como natureza, sua diversidade é vista apenas como biodiversidade, sendo conhecida e reconhecida unicamente como um conjunto de ecossistemas e como fonte de recursos naturais. Essas, sem dúvida, são as

representações mais comuns sobre o espaço amazônico e se personificam em expressões tais como: “espaço vazio”, “vazio demográfico”, “terras sem homens”, entre outras.

Essas construções reforçam a não-existência política e discursiva dos povos e comunidades em sua diversidade. Das drogas do sertão à biodiversidade, da colonização à globalização, a Amazônia é vista apenas como natureza (recurso). Essa visão desconsidera os processos históricos de territorialização dos diferentes grupos na sua sociodiversidade, negligenciando a diversidade territorial na sua dimensão humana e histórica, produzindo a não-existência e a invisibilidade dos povos e comunidades geo-historicamente comunalizados na região. Esse olhar produz a supressão, o silenciamento e, desse modo, produz uma geografia das ausências e uma história de silêncios.

Para além do silêncio e do apagamento, da produção da não-existência, o arquivo colonial traz a presença dos povos e comunidades a partir dos estereótipos racistas e coloniais marcados por preconceitos e estigmas sociais e culturais que têm como referência um imaginário e uma ideologia do progresso que se expressa pelas ideias de desenvolvimento, crescimento econômico, modernização e globalização, entre outras, que compõe a cosmovisão da modernidade ocidental.

Nesse imaginário moderno colonial, os lugares, os povos e as comunidades são tratados como se estivessem numa fila histórica que vai do estágio dos mais “selvagens” até os mais “civilizados”, dos mais “atrasados” aos mais “avançados”, dos mais “subdesenvolvidos” aos mais “desenvolvidos”. Nessa forma de conceber e classificar as experiências sociais, os lugares, os povos e comunidades geo-historicamente comunalizados são classificados como “atrasados” e “improdutivos”, em detrimento dos tempos e espaços que são “modernos”, “avançados” e “produtivos”. Essa visão colonial caracteriza as expressões culturais dos povos e comunidades amazônicas como “tradicionais” ou “não modernas”, como estando em processo de transição em direção à modernidade, negando-lhes toda possibilidade de lógicas culturais ou de cosmovisões próprias. Ao colocá-las como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade (Lander, 2005). Nessa leitura, a Amazônia é vista como “região periférica atrasada”, “região de fronteira” e como “espaço não plenamente estruturado”.

Problematizar, desestabilizar, ultrapassar essas imagens de pensamento, essas molduras, produzidas por enquadramentos cognitivos de caráter colonial e racista que produzem a não-existência ou existência estereotipada, é um o gesto epistemológico, ético e político do trabalho de Carlos Walter Porto-Gonçalves para a construção de um pensamento crítico sobre Amazônia que considere a diversidade e a complexidade territorial, ambiental e cultural da região.

Gesto 2: Aprender com os horizontes amazônicos - a Amazônia como centro do mundo

Diante de um cenário de mudanças climáticas globais, pandemia, guerras, aumento brutal das desigualdades etc., Carlos Walter Porto-Gonçalves afirmava, de maneira recorrente, que estamos experimentando um caos sistêmico (Arrighi, 1996), uma crise do padrão de poder e de saber que alicerça o sistema mundo moderno-colonial, estaríamos diante de uma *encruzilhada civilizatória* (Porto-Gonçalves 2017). Diante desse quadro, é muito difícil se localizar, situar e se posicionar no mundo contemporâneo. Isso porque não temos sistemas explicativos que sejam capazes de explicar coerentemente o que nós estamos vivendo. Isso porque as nossas bússolas políticas e ideológicas estão descalibradas e os nossos mapas cognitivos e epistêmicos rasurados. Estamos sem referências e coordenadas seguras, temos apenas um mapa incompleto com pistas e sinais precários que chegam das *margens e das periferias do sistema* apontando para *outros horizontes de sentidos* para onde devemos lançar o nosso olhar e nossa escuta.

Diante dessa crise de referências teóricas e políticas, cabe perguntar: de onde nós temos pensado o mundo e o Brasil? Quais são os territórios, os sujeitos, as lutas, os corpos, os saberes e as

memórias que têm sido as referências para pensarmos em caminhos e horizontes? Quais realidades e experiências são o solo a partir das quais edificamos nossos repertórios cognitivo e político para enfrentarmos essa crise civilizatória?

No Brasil, temos um pensamento marcado pelo eurocentrismo e pela colonialidade do saber. Tomamos, quase sempre, as mesmas realidades e experiências como referências ou paradigmas para pensarmos o país: os bairros de elite e de classe média das metrópoles do sudeste, realidade a partir da qual construímos nossas ferramentas teóricas e políticas. Esse é um olhar e um pensar viciado. É preciso sair dos centros convencionais para as margens e para as periferias, fazer um deslocamento geográfico, mas também cognitivo, para reorientar nossas bússolas políticas e os nossos mapas epistêmicos. Na atual geopolítica do conhecimento, as vozes dos centros, por mais que murmurem, têm uma força estridente no debate acadêmico e político nacional, outras precisam gritar desesperadamente para serem escutadas. É preciso mudar as referências para pensarmos o Brasil, romper com a geopolítica do conhecimento e o colonialismo interno (Casanova, 2006), mudar a frequência e amplitude da nossa escuta, para começarmos a escutar vozes que não ouvimos até agora.

No livro *Horizontes amazônicos*, que Carlos Walter escreveu em parceria com Bruno Malheiros e Fernando Michelotti, (Porto-Gonçalves et al., 2021), os autores fazem uma provocação fundamental: sugerem colocarmos a Amazônia como centro da reflexão para um projeto de país e no enfrentamento da crise civilizatória⁵. Essa ideia de colocar os horizontes amazônicos como centro da reflexão é um deslocamento essencial, visto que a Amazônia, apesar de sua óbvia importância territorial, econômica, ambiental, para o Brasil e o mundo, quase nunca aparece com centralidade nos debates políticos e intelectuais sobre projeto de país. Raramente se coloca a região como uma plataforma para se pensar um projeto de futuro, normalmente ela aparece com alguma centralidade no pensamento conservador e militar. Já no pensamento crítico e de esquerda, ainda temos um longo caminho pela frente. Precisamos de muito esforço de descolonização para produzirmos novas referências e enquadramentos cognitivos, éticos e políticos capazes de mudar os sentidos de centralidade no debate intelectual e político brasileiro.

Por isso, a tese que coloca a Amazônia no centro do mundo é tão provocativa, pois isso significa reconhecer que a região tem um caráter geopolítico estratégico em termos de recursos naturais e territoriais, assim como crucial no equilíbrio-desequilíbrio metabólico do planeta, sendo um elemento de grande relevância no processo de mudanças climáticas e ambientais globais. Mas reconhecer a Amazônia como centro do mundo é reconhecer que a região não é rica apenas em recursos naturais, mas também em diversidade cultural e linguística, é reconhecer os povos e as comunidades que habitam e vivem na região há milhares de anos e acumularam uma memória biocultural, saberes e tecnologias ancestrais que são um repertório civilizatório e horizontes de sentidos alternativos diante da crise da encruzilhada civilizatória que estamos vivendo. Desse modo, tomar a Amazônia como centralidade significa considerar seu papel geopolítico, ambiental, mas também seu papel civilizatório, reconhecer os saberes dos povos, das comunidades, dos intelectuais, artistas que produzem sobre e a partir da região e de seus múltiplos territórios.

Esse gesto de abertura, de escuta, um exercício de aprendizagem com os horizontes amazônicos é uma das maiores contribuições da obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves, pois valorizar as experiências e os saberes dos povos, classes, comunidades ou movimentos em luta é um traço marcante do seu pensamento e práxis. Ele era um intelectual extremamente atento e sensível aos saberes das lutas e das r-existências, valorizava as epistemes, os saberes outros e o diálogo intercultural entre diferentes matrizes de racionalidade. Ele afirmava que não há territórios

⁵ Ver tese semelhante em Eliane Brun (2021).

sem práticas sociais e não existem práticas sociais que não tenham saberes nelas inscritos. Como os saberes inscritos nas práticas e nos territórios nem sempre estão escritos, são pouco vistos, escutados e valorizados pela matriz de racionalidade ocidental-moderno-colonial.

O autor insistia que aprendera muito com esses saberes dos povos, classes, comunidades ou movimentos em luta. Reconhecia que muitas de suas formulações teóricas eram resultado do diálogo, de uma sintonia de escuta desses saberes da luta e da r-existência produzido pelos seringueiros, indígenas, camponeses, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, especialmente na Amazônia⁶. Por isso, defendia que a produção do conhecimento científico e o pensamento crítico se realizasse em diálogo constante com as experiências de luta e r-existência. Isso o levou, nos últimos anos, a ampliar e aprofundar o debate sobre o diálogo de saberes e o diálogo entre matrizes de racionalidade e toda uma reflexão sobre a descolonização do saber e da ciência (Porto-Gonçalves, 2006b; 2017b).

É da luta dos movimentos indígenas, camponeses, quilombolas e dos mais diversos povos e comunidades geo-historicamente comunalizados na Amazônia que transformaram a luta pelo direito ao território em uma luta por dignidade e uma aposta na vida, é aí que a Geografia produzida por Carlos Walter Porto-Gonçalves se inspirou e se nutriu.

Pistas analíticas para a construção de um horizonte metodológico descolonial do fazer geográfico

Pista 1: A Amazônia como acumulação desigual de tempos

Carlos Walter Porto-Gonçalves tinha, como uma característica marcante de seu trabalho intelectual, uma *forma profana*⁷ de dialogar com as ideias e os conceitos de outros autores. Trata-se de uma forma de lidar com as heranças e com as tradições intelectuais de maneira mais livre e problematizadora. Trata-se de colocar a herança no devir, reativar o seu legado à luz de novos problemas e inquietações do presente e do futuro. Assim, fazer uma *leitura profana*, é ser “fielmente infiel” com as heranças, implica fazer uma *leitura assinada* dos clássicos, dos autores importantes, das tradições e das heranças intelectuais.

É dessa forma, fazendo *uma leitura assinada*, que ele tomou emprestada a ideia do *espaço como acumulação desigual de tempos* de Milton Santos e tornou uma pista analítica central no seu fazer geográfico nas últimas décadas. Milton Santos (1996) pensava as múltiplas temporalidades como resultado das sobreposições das divisões técnicas e territoriais do trabalho, coexistindo tempos de várias épocas, seja nas formas espaciais herdadas (sistema de objetos), seja nas formas de uso e ritmos (sistema de ações), coexistindo e convivendo, assim, várias temporalidades no mesmo espaço, tempos rápidos, tempos lentos etc. Carlos Walter articulava essa ideia do espaço como acumulação desigual de tempos de Milton Santos com a ideia de tempos longos, médios e curtos de Braudel (2013), apontando para uma leitura geo-histórica da geograficidade. Essa perspectiva analítica o autor mobilizou para pensar a Amazônia, instigando-nos a pensar como se articulam, se mesclam e se desencontram as diferentes temporalidades, ritmos, durações na constituição da complexidade do presente e do futuro da região.

⁶ “É nesse contexto conflitivo que outras geografias vêm sendo engendradas. E desses lugares de r-existência é que tenho retirado grande parte de minha inspiração para esboçar uma teoria social crítica desde a Geografia a partir dos que vêm grafando a terra, geografando” (Porto-Gonçalves 2017e, p. 41).

⁷ Profanar, como afirma Agamben (2007), significa devolver à esfera humana o que tinha sido sacralizado, o que fora separado dos homens. Profanar é restituir ao uso humano. Nesse sentido, profanar nossas heranças intelectuais significa colocar autores e suas formulações no mundo terreno, colocar suas ideias em circulação no comércio dos homens e das mulheres, tirando-as do olimpo transcendental e devolvendo-as ao campo imanente da vida e da história (Cruz, 2022).

Além desses diálogos com Milton Santos e Braudel, Carlos Walter também se inspirava metodologicamente no chamado pensamento descolonial para forjar a sua leitura geo-histórica, pois o autor compartilhava da premissa cara aos pensadores desse movimento intelectual de que o ponto de partida para compreender as nossas sociedades é a nossa experiência histórica de origem colonial e como essa experiência deixou marcas que estão vivas e atuantes no presente. Em cumplicidade com essa premissa, quando olhamos as grandes questões do Brasil e da Amazônia, tais como a desigualdade social, o monopólio da terra, a questão ambiental, a questão indígena, a violência, o autoritarismo, o racismo etc., podemos verificar que são claramente marcas de um passado colonial, uma herança histórica que permanece, a *colonialidade*⁸, que nos constitui e de muitas maneiras nos determina.

Nesse sentido, se quisermos compreender quem somos nós, precisamos nos interrogar geo-historicamente, pensar na relação de mudanças e permanências, como o passado se modifica, mas também tem graus de permanência, de repetição, de reiteração na produção, organização, significação, governo e o uso do território. Essa perspectiva questiona a ideia mais simplista de que a Geografia é uma ciência do presente, ou pelo menos problematiza essa ideia, pois nos convoca a pensar a densidade e espessura histórica do presente considerando os tempos de larga duração, ou seja, fazendo uma análise geo-histórica da formação socioespacial ou formação territorial.

A proposta do autor é articular essas pistas com a história ambiental, em diálogo com a geologia, a geomorfologia, a arqueologia, para pensar a formação territorial da região. O autor aponta a existência de diversas camadas de tempos ambientais e sociais que coexistem e habitam o espaço amazônico. Assim, para ele, desvendar a complexidade da Amazônia implica considerarmos os tempos dilatados, tempos de larga duração, tais como o tempo geológico (a formação do anfiteatro amazônico), o tempo geomorfológico (relacionado com a formação da atual floresta amazônica), o tempo arqueológico/antropológico (tempo da formação da diversidade territorial), o tempo do antropoceno (tempo da relação sociedade-natureza), assim como os tempos sociais de larga, média e curta duração (o tempo das tensões de territorialidades) (Porto-Gonçalves, 2015c).

O referido autor vai afirmar que, para pensarmos a região e seus conflitos contemporaneamente, em sua complexidade e densidade, só é possível se pensarmos a formação territorial e ambiental da região e a acumulação desigual de tempos sem a qual não é possível compreender o passado, o presente e o futuro. Essa perspectiva geo-histórica de larga duração é essencial para a descolonização das leituras sobre a Amazônia porque justamente uma das características da visão colonial sobre a região é um tipo de enquadramento cognitivo que parte sempre do processo de ocupação moderno-colonial capitalista, especialmente, dos processos de modernização do território, da intervenção do capital e do Estado através das políticas de desenvolvimento e das ações geopolíticas sobre a região a partir da década de 1960 do século XX. Esse é um olhar a partir da ocupação dos de fora, o tempo e a perspectiva do colonizador. Assim, precisamos de outros recortes geo-históricos, de tempos mais dilatados, para conseguir compreender e dialogar com a formação territorial e ambiental na sua socio(bio)diversidade, encontrar os tempos da memória e da ancestralidade dos povos que ocupam a região há milhares de anos.

⁸ Aníbal Quijano (2005) vai conceituar como colonialidade a herança social, cultural e intelectual da experiência colonial que permaneceu nos países latino-americanos, mesmo após o fim do colonialismo com as independências políticas formais. Trata-se de um passado colonial que tem como fundamento um padrão de poder alicerçado no racismo que estrutura as relações sociais de produção, as relações institucionais, as subjetividades, a produção de conhecimento, as formas de sociabilidade em nossas sociedades etc.

Essa mirada da história em chave descolonial pensa as heranças coloniais como atuantes no presente. Sugere que, para descolonizarmos o nosso olhar sobre a Amazônia, precisamos pensar os tempos de mais larga duração, caso contrário, sempre começaremos a falar da Amazônia a partir da narrativa histórica da colonização e da modernização. Precisamos deslocar/fraturar a narrativa colonial e, para isso, é necessário adotar outras temporalidades para chegarmos a outras Amazônias. Então, é preciso pensar outros tempos. É preciso pensar o passado, a memória, a história vista de baixo (Thompson, 2001), a história dos vencidos lidas a contrapelo (Benjamin, 1985). Adotar essas premissas metodológicas implica lançar outras formas de problematização das narrativas triunfantes da colonização e da modernização. Superar esse obstáculo epistemológico e político continua sendo uma tarefa essencial para pensar a Amazônia em sua complexidade.

Pista 2: A ecologia política da relação sociedade-natureza na Amazônia

No pensamento crítico e na Geografia brasileira, Carlos Walter Porto-Gonçalves teve sua trajetória intelectual e de militância ligada à questão ambiental, às temáticas ambientais lidas pelas lentes da Ecologia política. Ocupou-se de temas como as lutas pela terra, água, energia, os conflitos ambientais e territoriais, as lutas por reapropriação social da natureza etc., além de participar do debate mais epistemológico da relação sociedade-natureza, ao problematizar os conceitos de ambiente e de natureza.

O tema ambiental chegou para o autor através das lutas sociais por reapropriação social da natureza. Inicialmente, pelas lutas dos pescadores do norte-fluminense (em Campos de Goytacazes), posteriormente, pelas lutas dos seringueiros no Acre pela defesa da floresta em pé e criação das reservas extrativistas e, depois, pelas lutas dos povos dos cerrados no Centro-oeste e Nordeste brasileiro nas lutas pela água e pela agroecologia.

Em sua trajetória, o autor recusou a dicotomia sociedade x natureza, Geografia física x Geografia humana tão marcantes no campo da Geografia, o que se reflete na sua leitura mais integradora da realidade espacial, territorial e ambiental. Ele nunca deixou de considerar a dimensão físico-ecológica ou metabólica da produção social do espaço e da constituição dos territórios e territorialidades. Ele nunca deixou de pensar a materialidade no sentido radical, incluindo a inscrição metabólica das relações sociais. O autor considerou a dimensão físico-ecológica como uma dimensão fundante da materialidade, das lutas e dos conflitos sociais.

Seus livros *Paixão da terra* (1984), *(Des)caminhos do meio ambiente* (1989), *O desafio ambiental* (2006), *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (2008) e toda sua pesquisa sobre a Amazônia atestam seu sistemático esforço intelectual e político de refletir sobre o debate ambiental considerando a complexidade do tema.

Sua leitura da questão ambiental é feita pelas lentes da Ecologia política. Assim, conceitos como natureza e ambiente são pensados e problematizados a partir das relações sociais de poder, desigualdades e conflitos entre classes, grupos étnico-raciais, gêneros, países e regiões considerando as formas diferenciadas de inserção dos territórios e grupos sociais no modo de produção, consumo e descarte dos recursos naturais, gerando o que o autor chamava de uma geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos (Porto-Gonçalves, 2008). Para o autor, as formas de apropriação social da natureza e seus benefícios, bem como os impactos, os riscos e as vulnerabilidades ambientais estão atravessados pelas desigualdades, conflitos e lutas sociais.

Na sua leitura da ecologia política se articulam as relações sociais de poder com as dinâmicas físico-ecológicas (os fluxos de matéria e energia), sendo a inscrição metabólica da sociedade atravessada pelas clivagens de poder e desigualdades. Na sua leitura, há uma crítica consistente ao processo capitalista de apropriação social da natureza e as suas consequências. Mas sua crítica vai

para além dessa dimensão mais diretamente vinculada ao modo de produção, consumo e descarte capitalista. O autor fazia também uma crítica, de caráter mais filosófico, ao processo civilizatório e à racionalidade ocidental moderno colonial e sua *lógica de dominação da natureza*. Sua crítica incluía uma radical problematização das ideias de desenvolvimento, progresso e a crença no desenvolvimento da técnica e tecnologia (desenvolvimento das forças produtivas) como solução para todos os problemas sociais e ambientais (Porto-Gonçalves, 1989; 2008).

O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a ideia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza! Portanto, aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: à ideia de dominação da natureza do mundo moderno-colonial, o ambientalismo coloca-nos diante da questão de que há limites para a dominação da natureza (Porto-Gonçalves, 2008, p. 61).

Essa crítica civilizatória questionava a obsessão pela ideia de crescimento econômico, industrialização e urbanização que atravessa tanto o pensamento conservador quanto o pensamento dito progressista. Isso porque, nessa visão moderno-colonial, ancorada numa racionalidade que prega a *dominação da natureza*, os povos originários, camponeses, quilombolas, povos das florestas e demais comunidades historicamente comunalizadas na Amazônia, *sociedades com a natureza e não contra a natureza*, são vistos como selvagens, inferiores e seus saberes, suas tecnologias ancestrais, sua memória biocultural são desvalorizados ou invisibilizados pela lógica capitalista moderno-colonial-utilitarista (Porto-Gonçalves, 2017c).

Diferentemente da crença de que a solução para a questão ambiental está no desenvolvimento das tecnologias moderno-coloniais de dominação, extração e colonização da natureza, o autor apostava nos saberes e nas tecnologias ancestrais de afirmação da vida construídos *na relação com a natureza e não contra a natureza*, um repertório de práticas e saberes acumulados pelos povos originários, camponeses, quilombolas e demais comunidades historicamente comunalizadas que vivem da terra, do mar, da floresta, dos mangues, dos vales, montanhas, campos, chapadas, dos lagos, das várzeas etc. que têm muito a nos ensinar na maneira de bem viver e habitar esse planeta.

E trata-se de um patrimônio de conhecimentos construídos em grande parte numa relação com e não contra natureza, o que abre perspectivas de diálogo, sobretudo num momento onde o acervo de conhecimento científico e tecnológico produzido sob o primado da dominação da natureza está sendo colocado em questão, como no caso das mudanças climáticas, da perda de solos, da erosão genética. Esse rico e diversificado patrimônio de conhecimentos dos povos originários, dos camponeses e dos cimarrones/quilombolas nos convida a um diálogo com o conhecimento científico convencional. Aqui, mais uma vez, é preciso superar a colonialidade do saber e do poder que ao ver o outro, o diferente, como inferior, deixou como uma das suas piores heranças o "desperdício de experiência humana" (Porto-Gonçalves, 2012, p. 31).

Para Carlos Walter, as lutas desses povos e comunidades na Amazônia em defesa dos rios, das florestas, da terra, das riquezas minerais etc. é uma luta em defesa da vida, que tensiona e politiza os processos e os sentidos de apropriação social da natureza. A questão ambiental aponta que não nos parece haver horizonte de futuro sem debatermos como garantiremos as condições materiais de reprodução da vida. Essas lutas é que tensionam nossa atual crise civilizatória, fazem-nos repensar os processos de produção e consumo e os limites da natureza. Suas agendas, portanto, ultrapassam suas particularidades e, nelas, outros horizontes de sentidos se constroem como uma aposta na vida.

Sua leitura da ecologia política da questão ambiental na Amazônia implica articular três registros : 1) uma crítica ao modo de produção/consumo/descarte capitalista produtor de desigualdades ambientais; 2) uma crítica vinculada à dimensão civilizatória e à racionalidade

moderno-colonial que está ancorada na *ideia de dominação da natureza* e, 3) por último, um aprendizado com os saberes, as tecnologias e as memórias bioculturais dos povos e comunidades que ancestralmente se constituíram como *sociedades com a natureza e não contra a natureza* (Porto-Gonçalves, 2017c; 2019).

Pista 3: Geo-grafias como verbo: um olhar desde os de baixo e das r-existências amazônicas

A Geografia como disciplina tem uma história vinculada ao Estado e aos poderes coloniais e capitalistas. O trabalho dos geógrafos esteve, historicamente, ligado aos processos geopolíticos de exploração, dominação, guerras e conquistas. O saber geográfico sempre foi um saber estratégico: pensar, organizar, planejar, dominar, governar o espaço sempre foi uma ferramenta, um instrumento e prerrogativa dos grupos dominantes (Lacoste, 1988; Porto-Gonçalves, 2002a). Essa íntima história do saber geográfico com o Estado e os grupos dominantes forjou uma episteme, um saber produzido a partir de “um olhar de cima e de longe”, uma “leitura de sobrevoo” ou de uma “visão de sobrevoo” sobre os espaços, territórios, paisagens e lugares (Souza, 2007)⁹. Carlos Walter Porto-Gonçalves, a partir de sua pesquisa de doutorado com os seringueiros no Acre¹⁰, problematizou essa tradição e insistiu que a tarefa da construção de uma geo-grafia crítica deveria começar pelo deslocamento do seu lugar de enunciação do Estado e dos grupos dominantes para ser uma ciência que deveria ser pensada e construída a partir e com os *de baixo*¹¹, com suas lutas, saberes e territórios, uma geografia desde os grupos subalternizados ou, nas palavras do autor, uma *geografia desde os de baixo*, uma *geografia das r-existências* (Porto-Gonçalves, 2003b; 2016).

Por meio dessa experiência, foi possível vislumbrar um novo sentido para a Geografia. Afinal, o que os seringueiros estavam fazendo era grafar a terra, marcar a terra, dando um outro sentido à terra, enfim, estavam geografando. Percebi, então, que a Geografia não é um substantivo, simplesmente. Que geografia pode significar, também, o ato de marcar a terra, enfim, ser um verbo, uma ação. Entrevi, então, que havia uma possibilidade teórica de fazer Geografia a partir daqueles segmentos da sociedade que se organizam para lutar por direitos. Senti que era possível uma Geografia que não fosse necessariamente “funcionária do rei”. E que movimento social é, rigorosamente, a recusa de um lugar socialmente posto e, assim, a busca de uma nova organização do espaço, de uma nova ordem material-simbólica, de um novo magma de significações (Porto-Gonçalves 2003b, p. 54).

Para pensar essa *geografia desde os de baixo*, uma *geografia das r-existências*, Carlos Walter Porto-Gonçalves propõe um outro deslocamento: pensar a geo-grafia não como substantivo, mas sim como verbo. É desse modo que podemos falar, na sua leitura, de geo-grafias, em que os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos, grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade.

⁹ “Tradicionalmente, as profissões espaciais, a começar pela Geografia, procedem a uma espécie de ‘visão de sobrevoo’ e nitidamente a privilegiam enxergando e analisando as sociedades e seus espaços quase sempre ‘do alto’ e ‘de longe’, como que em uma perspectiva de ‘voo de pássaro’ ou, no caso de fenômenos representáveis, por meio de escalas cartográficas muito pequenas (de planisfério, por exemplo), como um distanciamento ainda maior. Essa perspectiva é, de certa forma, aquela do olhar do Estado, ou do olhar que é próprio do Estado (e basta conhecer a história da disciplina para compreender que decerto isso não é mera coincidência); considerar os homens e os grupos ‘de longe’, sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos da libertação. É desse ângulo que se pode dizer que muitos pesquisadores têm negligenciado (ou banalizado) aspectos importantes do estudo dos produtores do espaço, mesmo no caso em que abraçam uma perspectiva de crítica social (anticapitalista e de oposição ao Estado capitalista)” (Souza, 2007, p. 103-104).

¹⁰ Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)” (sua tese de doutorado publicado em 2003);

¹¹ Inspirado no historiador E. P. Thompson que formulou a proposta de uma “história vista de baixo”.

A geo-grafia que o referido autor produziu foi uma geo-grafia da ação, das práticas socioespaciais, dos sujeitos. Por isso, podemos afirmar que ele foi um geógrafo, um pensador dos povos, das comunidades e dos movimentos sociais na luta pela afirmação de seus territórios e suas territorialidades na Amazônia, ou seja, uma *geografia das r-existências territoriais*. Mas o que significa fazer uma *geografia das r-existências territoriais*? Significa pensar que os povos, as comunidades, as classes e os movimentos sociais, quando lutam pelo direito aos seus territórios, não lutam somente para resistir contra os que os exploram, dominam, oprimem e estigmatizam, mas também lutam por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de conhecer, sentir, agir e pensar (Porto-Gonçalves, 2001a). A geo-grafia das r-existências de Carlos Walter Porto-Gonçalves é afirmativa da diversidade ontológica, epistêmica e das formas e modos de vidas amazônicas.

O estilo de pensamento crítico de Carlos Walter era marcado não só pela prática da denúncia, mas também por gestos de anúncios, para usar uma feliz expressão de Paulo Freire. A partir de uma inspiração no pensamento de Cornelius Castoriadis, sua obra é marcada por não só pensar os sujeitos, os processos e as práticas sociais que estão já instituídos e institucionalizados, mas privilegiar os processos, os sujeitos e as práticas instituintes. Ele insistia em suas reflexões que, para entendermos a geograficidade do social em sua historicidade. Mas pensar a historicidade não é só considerar a memória e a história como passado, mas também pensar como se instituem as práticas que inauguram, no presente, o futuro, germinado através das experiências dos sujeitos e processos instituintes (Porto-Gonçalves, 2002a; 2006c).

Então, pensar, historicamente, a geograficidade do social é pensar o presente denso de historicidade, mas também aberto às possibilidades de futuro, a história e o espaço como criação aberta pela força das lutas dos de baixo. Carlos Walter Porto-Gonçalves estava, o tempo todo, atento a como nascia um novo, como se inscrevia, na realidade difícil de exploração, dominação e opressão, a potência de vida dos grupos subalternizados, valorizando processos instituintes de territórios e contra espaços de r-existência, utopia, emancipação e autodeterminação.

Pista 4: As tensões territoriais: o conflito como chave de leitura da Amazônia

Outra ideia-chave nos trabalhos de Carlos Walter Porto-Gonçalves é o papel do antagonismo, do conflito e da conflitividade no entendimento da geograficidade do social e suas dinâmicas espaciais, ambientais e territoriais. Para o autor, precisamos pensar a geograficidade do social não a partir da ordem e dos ordenamentos, que é a tradição epistêmica e política da geografia como uma ciência conservadora, uma ciência que produziu seu saber, seu discurso a partir do lócus de enunciação do Estado e dos grupos dominantes. O discurso geográfico se estruturou por uma gramática do desejo de ordem, uma certa obsessão com o tema da organização do espaço, do planejamento e da gestão territorial, ambiental, urbana etc.

Mas, segundo o autor, fazer uma geografia crítica exige pensar em outro registro, através de um outra gramática, de outro ângulo de problematização: pensar a geograficidade a partir das instabilidades, dos antagonismos, dos conflitos, da conflitividade, dos des-ordenamentos, ou melhor dizendo, da tensão dialética entre ordem-desordem.

O autor insistiu muito nos seus trabalhos sobre a Amazônia na tese de que o conflito é uma chave privilegiada de compreensão política e epistêmica para pensar a geograficidade. Assim, sua insistência era uma aposta teórica, metodológica e empírica (Porto-Gonçalves, 2003). Nas palavras do autor a centralidade da ideia de conflito em leitura da geograficidade:

Começo a vislumbrar um possível caminho teórico onde vejo que as lutas sociais e os conflitos são momentos/lugares privilegiados do ponto de vista epistemológico. Afinal, num conflito determinado existem, pelo menos, duas visões de um determinado problema que está sendo posto como questão por aqueles e aquelas diretamente interessados/as. Assim, a contradição deixa de ser uma lógica (dialética?) abstrata e passa a ser entendida como contradição em estado prático e, desse modo, aberta às vicissitudes históricas e geográficas por meio das quais os grupos/classes sociais se forjam (Porto-Gonçalves 2017e, p. 16).

Como indicamos, os conflitos ampliam o conhecimento da sociedade sobre seus problemas, basta que ouçamos as várias vozes que a partir deles se expressam. Vários conflitos recentes vivenciados pelas populações amazônicas ampliaram o conhecimento da sociedade como um todo sobre o destino desse enorme patrimônio que, cada vez mais, se vê como um patrimônio não só ecológico, mas também cultural e, ainda, por que não dizer, um patrimônio teórico-político pelas questões que os grupos/classes sociais que ali tradicionalmente vivem levantam e nos interpelam (Porto-Gonçalves, 2017c, p. 77).

Nos últimos 20 anos, ele realizou, , com o apoio inestimável de investigadores de seu grupo de pesquisa, o LEMTO, um sistemático acompanhamento dos dados sobre os conflitos no campo brasileiro através de um trabalho em conjunto com a Pastoral da Terra-CPT, o que resultou numa série de sistematizações e interpretações inovadoras sobre o debate da questão agrária, tentando identificar e cartografar tendências e padrões estruturais e conjunturais de conflitividade, oferecendo pistas para uma interpretação sobre a atual complexificação da questão agrária brasileira, com especial destaque na dinâmica dos conflitos na Amazônia (Porto-Gonçalves, 2006a; Porto-Gonçalves; Alentejano, 2010; Porto-Gonçalves; Cuin, 2014; Porto-Gonçalves; Leão, 2020).

Em seus textos, ele abordava não só a noção de conflitos agrários no sentido clássico, mas também de conflitos ambientais, conflitos territoriais, o que ele denominava de tensão de territorialidades. O conflito está no centro de sua leitura territorial da sociedade, pois é no conflito que se revelam *os diferentes sentidos de território*. Tais sentidos são as diferentes matrizes de racionalidades (horizontes ontológicos, epistêmicos, ético-políticos), materializadas em diferentes formas de governo, em diferentes práticas espaciais de uso-significação do território, as quais são muitas vezes incompatíveis e incomensuráveis, uma vez que a forma de dominação, controle e uso do território por um agente pode implicar a impossibilidade da vida de outros (Cruz, 2020).

Os conflitos ou as tensões de territorialidades retratados em suas pesquisas eram uma tensão entre as geo-grafias do des-envolvimento e as geo-grafias comunitárias na Amazônia. Para o autor, podemos falar de uma geo-grafia do des-envolvimento em que os diferentes agentes capitalistas inscrevem lógicas territoriais, práticas e usos que re-significam o espaço tirando o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com o seu território; subvertendo o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens e mulheres entre si e destes com a natureza Trata-se não só de separar homens e mulheres da natureza, como também separá-los entre si, individualizando-os. Des-envolver é envolver cada um (os desterritorializados) em uma nova configuração societária, a capitalista, através de técnicas e dispositivos sociais e políticos empregados para promover esse des-envolvimento, tais como os novos cercamentos das terras e dos recursos naturais, ou melhor, a privatização das terras e dos recursos (Porto-Gonçalves, 2008).

A territorialização do capital na Amazônia através dos grandes projetos de des-envolvimento do agronegócio, os projetos mineiro-metalúrgicos, petroquímicos, as grandes usinas hidrelétricas, as estradas, os portos, as hidrovias, as ferrovias etc., todos são dispositivos territoriais capazes de suspender, em termos políticos, jurídicos e normativos, toda a complexidade e a diversidade territorial dos espaços nos quais se instalam. Na Amazônia o capital expande seu domínio territorial sobre espaços que não estavam até hoje plenamente incorporados aos circuitos da acumulação global. Esses verdadeiros "fundos territoriais" (Moraes, 2011) se transformam em novas fronteiras nas quais

a acumulação se realiza por dispositivos e mecanismos de espoliação, o que significa, entre outras coisas, um violento processo de apropriação e expropriação de recursos naturais, terras e territórios (Harvey, 2013). Ao se constituírem pelos signos da modernidade capitalista, expressam, em intensidade, concentração e centralização de capital, os modos mais violentos de expansão de relações capitalistas. Assim, para se realizarem, esses projetos solapam as condições de realização de outras geo-grafias de povos, grupos e comunidades.

Esses projetos provocam processos de grandes rupturas e fraturas metabólicas que afetam paisagens, ecossistemas e toda a dinâmica geo-bio-física das áreas onde são implantados, promovendo mudanças e reestruturação socioespacial e ambiental na escala local e até regional, provocando desequilíbrios que destroem as condições materiais de reprodução da vida (Barcelos, 2018; Porto-Gonçalves, 2017a).

Enfim, sobretudo a partir da década de 1960, a Amazônia passa a viver a tensão de territorialidades derivada de dois padrões sociogeográficos em conflito, a saber: o padrão que se organizara ancestral-historicamente em torno dos rios-várzea-floresta e do “máximo controle de pisos ecológicos” do mundo andino-amazônico se vê subordinado por outro padrão que passa a se organizar em torno das estradas-terra firme, explorando seu solo e seu subsolo, destruindo seus bosques e várzeas e barrando seus rios com todos os efeitos danosos que daí emanam, entre eles, a poluição de suas águas e a queda da piscosidade e, assim, da oferta de proteína tradicional de seus povos (Porto-Gonçalves, 2017c, p. 35).

O conflito é o momento em que as contradições se mostram em estado prático e, como tal, são momentos privilegiados para ampliarmos o conhecimento sobre o mundo, sobre cada situação. No conflito, pelo menos duas visões sobre um determinado problema se oferecem. Na Amazônia não é diferente: os grupos/ classes sociais em luta com/contra o padrão sociogeográfico de poder atual, voraz no consumo de energia, água e solo/subsolo está destruindo as bases de outro padrão sociogeográfico que tirava seu dinamismo da produtividade biológica primária – solo – fotossíntese/floresta/água (Porto-Gonçalves, 2017c, p. 77).

Os conflitos ambientais/territoriais na Amazônia são resultantes do encontro entre territórios corporativos e territórios comunitários. São, portanto, resultantes da tensão de territorialidades, com diferentes sentidos ontológicos de território, diferentes lógicas de apropriação, controle, uso e significação existencial do espaço. De um lado, a lógica espoliativa, os regimes de expropriação e sua gramática de violência e, de outro, a afirmação da terra e dos recursos como expressão do comum, como território de vida (Cruz, 2023; Porto-Gonçalves, 2017a).

Pista 5: Lutas pela vida, pela dignidade e pelo território na Amazônia

Como afirmamos anteriormente, Carlos Walter Porto-Gonçalves estava, o tempo todo, atento a como nascia um novo, como se inscrevia, na realidade, a potência de vida dos grupos subalternizados, valorizando os processos e as práticas instituintes, a história e o espaço como criação aberta pela força das lutas dos de baixo que reinventam seus territórios num gesto de re-existência e autodeterminação.

Na busca de uma genealogia pela reinvenção dos territórios numa perspectiva dos subalternizados, o autor identificava como um momento constitutivo o final da década de 1980, quando, segundo ele, são identificadas sensíveis mudanças na dinâmica política dos conflitos sociais do mundo rural da América Latina/Abya Yala/Quilombola, sobretudo através da emergência de uma diversidade de “novas” vozes, de “novos” sujeitos políticos, protagonistas que emergem na cena pública e nas arenas políticas.

Nesse período, começam a ganhar força e objetivação, em forma de movimentos sociais, as reivindicações de uma diversidade de agentes e forças sociais, historicamente marginalizados e

invisibilizados, que se tornam protagonistas na luta por direitos e justiça em todo o continente. Muitos desses “novos” personagens, agora protagonistas, eram tidos como forças sociais que pertenciam ao passado e que, inevitavelmente, seriam incorporados ou, simplesmente, desapareceriam no processo de modernização capitalista. Contrariando esse diagnóstico, camponeses, indígenas, afrodescendentes, povos e comunidades geo-historicamente comunalizados, longe de serem personagens anacrônicos, tornam-se protagonistas da reinvenção dos territórios e da invenção de outros possíveis futuros.

Nesse sentido, os movimentos indígenas ganham força em países como a Bolívia, Equador, México, Chile, Brasil; as comunidades afrodescendentes, também historicamente invisibilizadas, ganham força e expressão no Brasil, na Colômbia, no Equador; o movimento camponês reinventa-se através das lutas da Via Campesina e, no Brasil, ganha grande destaque a ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Esses novos/velhos protagonistas emergem no espaço público e inauguram novas agendas e bandeiras de lutas. A Marcha pela Dignidade e pelo Território, organizada pelo movimento indígena boliviano, em 1990, representa um dos marcos desse processo. No mesmo ano, no Equador, o movimento indígena equatoriano também organiza uma marcha com o mesmo título. Quatro anos depois, em janeiro de 1994, o mundo assiste, atônito, ao levante zapatista em Chiapas, no México, um movimento que trazia, também, como prioridade na sua agenda de luta, o direito à dignidade, à autonomia e ao território.

Segundo Porto-Gonçalves (2001c), no caso brasileiro, especialmente na Amazônia, a partir de então, começa a se esboçar uma nova “geo-grafia” que aponta para um processo de emergência de diversos movimentos sociais (indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco etc.), que lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de r-existência.

Esses movimentos apontam para um processo de politização da própria cultura e de modos de vida “tradicionais”, ou seja, para um processo de politização dos “costumes em comum”¹², valorizando a memória, a ancestralidade e os saberes tradicionais na construção das identidades socioculturais e sociopolíticas, afirmando um duplo processo que, ao mesmo tempo, direciona-as para o passado, buscando, nas tradições e na memória, sua força e, apontando para o futuro, sinalizam para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política.

Nesse novo contexto, emerge a construção de ‘novas’ identidades coletivas surgidas de velhas condições sociais e étnicas, como é o caso das populações indígenas e negras, ou remetendo-se a uma determinada relação com a natureza (seringueiro, castanheiro, pescador, mulher quebradeira de coco) ou, ainda, expressando uma condição derivada da própria ação dos chamados “grandes projetos” de modernização implantados na região, como estradas, hidrelétricas, projetos de mineração, entre outros (“atingido”, “assentado”, “deslocado”). Trata-se de um processo de ressignificação política e cultural que esses grupos sociais vêm fazendo da sua experiência cultural e da sua forma de organização política. Nesse contexto, as comunidades tradicionais organizam-se, ganhando visibilidade e protagonismo, constituindo-se e afirmando-se como sujeitos políticos na luta

¹² Expressão usada por Thompsom (1998) para se referir à emergência de uma consciência política e de uma cultura plebeia rebelde que buscava, nos costumes e na tradição, a legitimidade das suas lutas para a afirmação de determinadas formas de direitos consuetudinários e da economia moral em oposição à economia capitalista e do direito liberal. Os camponeses resistem, em nome do costume, às racionalizações econômicas e inovações (como o cercamento de terras comuns, a disciplina no trabalho e os mercados ‘livres’ não regulados de grãos) que governantes, comerciantes ou patrões buscavam impor. Trata-se de atribuir um conteúdo emancipatório para as culturas tradicionais normalmente vistas como sinônimas de conservadorismo.

pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos relacionados a suas territorialidades e identidades territoriais.

Nessas lutas, o território tem funcionado como um dispositivo de agenciamento político. Essa categoria é uma espécie de catalisador das energias emancipatórias na luta por direitos e justiça. O direito ao território é uma espécie de condensador de outras formas de direitos, o direito à habitação, à produção, à terra, à água, aos recursos naturais, à soberania alimentar e hídrica, à afirmação dos modos de vida, das identidades, memórias, ancestralidades, dos sentidos ontológicos de ser e existir. O território é sustentação de um projeto de autodeterminação e autonomia do bem viver dos povos e comunidades (Cruz, 2013).

A Luta pelo Território –Essa consigna retira o caráter substantivo desse conceito, até recentemente visto como base natural do Estado. Até então, o território estava naturalizado. Com a consigna “luta pela vida, pela dignidade e pelo território” o conceito de território é desnaturalizado. Ao resignificarem o conceito de território, resolvem a velha demanda campesina por terra e, ao mesmo tempo, a demanda pelo reconhecimento étnico-cultural, onde muitos desses movimentos querem ser reconhecidos como povos, nacionalidades (Equador) ou comunidades (Bolívia). Enfim, Território é igual a Terra + Cultura através das relações de poder. O conceito de território é, assim, deslocado do seu sentido jurídico-político consagrado como “base do estado” e passa a ser disputado por diferentes segmentos da sociedade que portam diferentes sentidos para estar na terra, indicando que não há território sem territorialidade e, assim, desnaturalizam esse debate chamando a atenção para o processo de apropriação do espaço geográfico- processo de territorialização (Porto-Gonçalves, 2017d, p. 27).

Quando tais grupos reivindicam o direito aos seus territórios, estão reivindicando uma autonomia material e simbólica. O direito a um território próprio significa o direito às formas próprias de produzir materialmente sua existência e, também, a valorização e o respeito às suas peculiares formas de dar sentido ao mundo através de uma memória, de uma linguagem, de um imaginário, de formas de saberes que constituem sua existência, sua cultura e cosmologia. O território agrega uma espessura, uma densidade, pois traz os conteúdos históricos e existenciais desses grupos, uma vez que é suporte material da cultura, da memória, da ancestralidade e dos saberes acumulados ao longo do tempo.

Considerações finais

Carlos Walter Porto-Gonçalves, na sua pesquisa sobre Amazônia, além de refletir sobre a realidade dessa região tão complexa, conseguiu forjar um conjunto de gestos metodológicos, pistas analíticas e apostas éticas e políticas que renovam as perspectivas do pensamento crítico em Geografia. Trata-se de gestos, pistas e apostas que desenham horizonte, uma estratégia aberta de produção do conhecimento e não um método como um sistema acabado e coerente.

Num esforço de sistematização e interpretação, identificamos na obra do autor dois gestos epistemológicos que são: 1) uma crítica ao legado eurocêntrico e à colonialidade do saber presentes nas bases conceituais e metodológicas da tradição disciplinar da Geografia; 2) o segundo gesto epistemológico, que é complementar ao primeiro, é a abertura para o aprendizado e o diálogo com os saberes das classes populares, dos povos, comunidades e movimentos sociais. O entendimento do que os saberes, as práticas, as tecnologias desses grupos são um repertório prático, mas também teórico e político essencial para construirmos novos horizontes de sentido para a transformação social. São dois gestos urgentes para a reconstrução do pensamento crítico em geografia: *combater o eurocentrismo e se abrir para o diálogo com outros saberes e matrizes de racionalidade*.

Além dos gestos, debatemos, ao longo do texto, cinco pistas analíticas esboçadas pelo autor na sua obra sobre Amazônia que são contribuições-chaves para a construção de um horizonte

metodológico do fazer geográfico: 1) o autor aponta para a necessidade *da construção de um olhar geohistórico sobre a formação territorial e a produção do espaço*, a necessidade de pensarmos a densidade e a espessura histórica dos processos contemporâneos; 2) o autor recusou a dicotomia sociedade x natureza e, pelas lentes da Ecologia política, propõe uma leitura integradora da realidade espacial, territorial e ambiental, propõe pensar as relações sociais de poder, as desigualdades, os conflitos e as lutas sociais *sem desprezar as inscrições metabólicas das práticas sociais, as condições materiais de reprodução da vida*; 3) o autor tensiona a tradição da Geografia que está ligada ao Estado e aos grupos dominantes, sugerindo pensar *a geo-grafia como verbo* partindo das ações das práticas e dos protagonistas das lutas sociais, *uma geografia desde os de baixo, dos grupos subalternizados e da r-existências*; 4) o autor problematiza o discurso geográfico que se estruturou historicamente por uma gramática do desejo de ordem, afirmando *o conflito como uma chave analítica privilegiada de leitura da geograficidade*, tanto no sentido político, quanto epistêmico e metodológico; 5) o autor procede a uma leitura de como as lutas sociais vêm refazendo o conceito de território, ativando com uma categoria da prática, o território como sustentação de projetos de autodeterminação e autonomia do bem viver dos povos e comunidades. O território funciona, assim, *como um dispositivo de agenciamento político, uma espécie de catalisador das energias emancipatórias na luta por direitos e justiça*.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. de. (2008) *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas.
- ARRIGHI, G. (1996) *O longo século XX*. São Paulo: UNESP.
- BARCELOS, E. S. (2018) *Geografia e Grandes Projetos: ecologia, política e economia no capitalismo de fronteira*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói/RJ: POSGEO/UFF.
- BENJAMIN, W. (1985) *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Trad. S.P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense. Obras escolhidas. Vol. 1.
- BRAUDEL, F. (2013) História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história* Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva.
- BRUM, E. (2021) *Banzeiro òkòtó: Uma Viagem à Amazônia Centro do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAZANOVA, P. G. (2006) Colonialismo interno [una redefinición]. En: Atilio A. Boron, Javier Amadeo y Sabrina González (comps.). *La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.
- CORRÊA, D. S. (2021). Novos rumos da teoria social a partir de três gestos da sociologia pragmática. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, e3610505. <https://doi.org/10.1590/3610505/2020>
- CRUZ, V. C. (2013) Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografia social, terra e território*. 1ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v. 1, p. 119-176.
- CRUZ, V. C. (2017) Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de (Orgs.). *Geografia e Giro Descolonial*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 1, p. 15-36.
- CRUZ, V. C. (2020) Da produção do espaço ao governo do espaço: deslocamentos metodológicos para uma abordagem territorial. In: LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L. (Orgs.). *Geografias, reflexões conceituais, leituras da ciência geográfica, estudos geográficos*. 1ed. São Paulo: Max Limonad, v. 1, p. 143-169.8.
- CRUZ, V. C. (2022) Profanação como gesto de desobediência epistêmica e descolonização na pesquisa em geografia. In: GOETTERT, J. D.; MOTA, J. G. B.; NUNES, F. G.; IORIS, A. A. R. (Orgs.). *Geografando afetos [livro eletrônico] :escritos, imagens, intensidades*. 1ed.Porto Alegre: TotalBooks v. 1, p. 362-373.
- CRUZ, V. C. (2023) Geografia do des-envolvimento na Amazônia: entre o governo bionecropolítico do território e as gramáticas de lutas e r-existências territoriais. In: BRINGEL, Fabiano de Oliveira; MACEDO, C. de O.; AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. (Orgs.). *As geografias agrárias a partir da panamazônia: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil*. 1ed. Ananindeua -PA: Editora Cabana, 2023, v. 1, p. 25-55.
- CUIN, D. P.; PORTO-GONÇALVES, C. W. (2014) Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. *Conflitos no Campo Brasil -CPT*, v. 1, p. 18-26.
- HARVEY, D. (2005) *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- LACOSTE, Y. (1988) *A Geografia isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra*. Tradução Maria Cecília França. Campinas, SP: Papius.
- LANDER, E. (2005) Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntrico. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO.
- MALHEIRO, B. C.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTI, F. (2021) *Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 1. 300p.
- MIGNOLO, W. D. (2008) Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Niterói, n. 34, p. 287-324.
- MORAES, A. C. R. (2013) *Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia*, São Paulo: Ed. Annablume.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (1984) *Paixão da Terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia*. 1ed. Rio de Janeiro: Socii.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. (1989) *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (1999) A Territorialidade Seringueira. *GEOGRAPHIA (UFF)*, v. 2, p. 67.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2001a) *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2001b) *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México, D.F: Siglo XXI.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2002a) Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Orgs.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2002b) O Latifúndio Genético e a R-Existência Indígena-Camponesa. *GEOGRAPHIA (UFF)*, v. 8, p. 39-60.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2003a) A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (Org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. 1ed. Buenos Aires: Clacso-Osal, p. 261-277.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2003b) *Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*. 2ed. Brasília: Edições Ibama.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2004b) *O Desafio Ambiental*. 1ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006a) Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 75, p. 139-169.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006b) A Colonialidade do saber. In: LANDER, E. (Org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, v. 1, p. 09-15.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006c) A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (Org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. 1ed. Buenos Aires: Clacso, p. 151-197.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2008) *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, P. R. (2010) A Violência do Latifúndio Moderno-colonial e do Agronegócio nos Últimos 25 anos. *Conflitos no campo Brasil-CPT*, v. 1, p. 109-230.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2012) A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *INTERthesis*, v. 9, n.1, p.16-50.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2013) *Territorialidades y lucha por el Territorio en América Latina*. 1ed. Lima: UGI.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2015a) Espaço e Poder em Questão: uma perspectiva desde a subalternidade. In: MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. (Orgs.). *A Questão Agrária no Século XXI: Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, p. 25-67.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2015b) Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/ Abya Yala/Quilombola. *Polis*, Santiago, v. 14, p. 237-251.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2015c) Amazônia Enquanto Acumulação Desigual de Tempos: uma contribuição à ecologia política da região. *REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS JCR*, v. 107, p. 63-89.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2016) Por una geografía desde abajo. In: PEREZ, G.; HIGUERA, L. (Orgs.). *Geografía por venir*. 1ed. Neuquén: EDUCO Universidad Nacional del Comahue, p. 15-22.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017a) Lucha por la tierra. Lucha por la Tierra. In: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C. T.; MARTIN, F. (Orgs.). *Ecología política latinoamericana Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. 1ed. Buenos Aires: Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, v. 2, p. 53-78.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017b) De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de. (Orgs.). *Geografía e Giro Descolonial*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 1, p. 37-56.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017c) *Amazônia - Encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017d) De utopias e de topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala). *GEOGRAPHIA OPPORTUNO TEMPORE*, v. 3, p. 10-58.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017e) *Uma Geobiografia Técnico-Política: em busca de uma teoria social crítica a partir da Geografia (Memorial)* Niterói: Universidade Federal Fluminense- UFF.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2020a) De Caos Sistêmico e de Crise Civilizatória: tensões territoriais em curso. *TERRITORIUM (COIMBRA)*, v. 27, p. 05-20.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEÃO, P. C. R. (2020b) Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: Tensões territoriais na Ruptura Política (2015-2019). *REVISTA DA ANPEGE*, v. 16, p. 712-767.
- QUIJANO, A. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO.
- SANTOS, M. (1996) *A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção*. 1ª Edição. São Paulo: Edusp.
- SOUZA, M. L. (2007) Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Revista Cidades, Presidente Prudente*, v. 4, n. 6.
- THOMPSON, E. P. (1998) *Costume em Comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.
- THOMPSON, E. P. (2001) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 286 p.